

## **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PROTOCOLAR AÇÕES NO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE REDENÇÃO**

### **Benefícios rurais:**

#### **APOSENTADORIA POR IDADE RURAL**

Obs: todos os documentos devem estar LEGÍVEIS

1. Documentos pessoais (RG, CPF);
2. Apresentando comprovante de endereço adequado atualizado (últimos 3 meses);
3. Apresentando cópia da decisão que indeferiu o pedido administrativo, na qual conste expressamente a DER, relativo ao benefício pretendido pela parte autora, protocolado nos 5 (cinco) anos que antecedem ao ajuizamento desta demanda, preferencialmente a carta de comunicação de indeferimento do benefício. Oportuno ressaltar que a ausência da prévia postulação administrativa importa em falta de interesse de agir/pretensão resistida;
4. Apresentando início de prova material ou documental em nome próprio, contemporâneo à época dos fatos a provar (Ex: Certidão de casamento, se constar profissão como lavrador; Certidão de nascimentos dos filhos, se constar profissão de lavrador; Certidão de assentado pelo INCRA; Espelho do beneficiário; Comprovantes dos recibos de ITRs; Pronafs; Comprovantes de vacinação; Comprovante de endereço, se tiver endereço da zona rural; Notas fiscais.

#### **PENSÃO POR MORTE**

1. Documentos pessoais da parte autora e do *de cujus* (RG, CPF);
2. Certidão de óbito;
3. Apresentando comprovante de endereço adequado atualizado (últimos 3 meses);
4. Apresentando cópia da decisão que indeferiu o pedido administrativo, na qual conste expressamente a DER, relativo ao benefício pretendido pela parte autora, protocolado nos 5 (cinco) anos que antecedem ao ajuizamento desta demanda, preferencialmente a carta de comunicação de indeferimento do benefício. Oportuno ressaltar que a ausência da prévia postulação administrativa importa em falta de interesse de agir/pretensão resistida;
5. Apresentando início de prova material ou documental em nome próprio, contemporâneo à época dos fatos a provar (Ex: Certidão de casamento, se constar profissão como lavrador; Certidão de nascimentos dos filhos, se constar profissão de lavrador; Certidão de assentado pelo INCRA; Espelho do beneficiário; Comprovantes dos recibos de ITRs; Pronafs; Comprovantes de vacinação; Comprovante de endereço, se tiver endereço da zona rural; Notas fiscais.

Obs: se for companheira/companheiro, verificar se tinham documentos e comprove união estável.

## SALÁRIO MATERNIDADE

1. Documentos pessoais da parte autora e da criança (RG, CPF);
2. Certidão de nascimento do filho que vai solicitar o benefício;
3. Apresentando comprovante de endereço adequado atualizado (últimos 3 meses);
4. Apresentando cópia da decisão que indeferiu o pedido administrativo, na qual conste expressamente a DER, relativo ao benefício pretendido pela parte autora, protocolado nos 5 (cinco) anos que antecedem ao ajuizamento desta demanda, preferencialmente a carta de comunicação de indeferimento do benefício. Oportuno ressaltar que a ausência da prévia postulação administrativa importa em falta de interesse de agir/pretensão resistida;
5. Apresentando início de prova material ou documental em nome próprio, contemporâneo à época dos fatos a provar (Ex: Certidão de casamento, se constar profissão como lavrador; Certidão de nascimentos dos filhos, se constar profissão de lavrador; Certidão de assentado pelo INCRA; Espelho do beneficiário; Comprovantes dos recibos de ITRs; Pronafs; Comprovantes de vacinação; Comprovante de endereço, se tiver endereço da zona rural; Notas fiscais.

## AUXÍLIO DOENÇA

1. Documentos pessoais
2. Certidão de casamento, se constar profissão como lavrador;
3. Certidão de nascimentos dos filhos, se constar profissão de lavrado
4. Apresentando início de prova material ou documental em nome próprio, contemporâneo à época dos fatos a provar (Ex: Certidão de casamento, se constar profissão como lavrador; Certidão de nascimentos dos filhos, se constar profissão de lavrador; Certidão de assentado pelo INCRA; Espelho do beneficiário; Comprovantes dos recibos de ITRs; Pronafs; Comprovantes de vacinação; Comprovante de endereço, se tiver endereço da zona rural; Notas fiscais;
5. Comprovante de endereço, se tiver endereço da zona rural
6. Laudo médico;
7. Atestados
8. Outros documentos q comprovem incapacidade

## BENEFÍCIOS URBANOS

Todos estes acima, se forem urbanos, alterar os documentos de terra por:

CTPS / contratos que comprovem a atividade exercida

CNIS

Comprovante de endereço atualizado nos últimos 3 meses, em nome próprio ou se em nome de terceiro, acompanhado de declaração de endereço

## AÇÕES DE DANO MORAL

1. Documentos pessoais
2. Comprovante de endereço atualizado
3. Contratos da ocorrência
4. Documentos q comprovem o dano sofrido (se for contra banco, observar contrato bancário)
5. Boletim de ocorrência
6. Comprovante da negativa do réu em corrigir o erro ou dano causado

## BENEFÍCIO ASSISTENCIAL – LOAS

Deficiente

1. Documentos pessoais
2. Certidão de nascimento/casamento do autor
3. Documentos pessoais dos componentes do grupo familiar
4. Comprovante do cadUnico, espelho da unidade familiar
  
5. Laudo médico
6. Atestados

## LOAS – IDOSO

1. Documentos pessoais
2. Certidão de nascimento/casamento do autor
3. Documentos pessoais dos componentes do grupo familiar
4. Comprovante do CADUNICO, espelho da unidade familiar